

O ser docente e o processo educacional na perspectiva do professor com deficiência

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO EM SIMPÓSIO

SIMPÓSIO: ST 11 – Educação musical especial: temas, contextos e diálogos emergentes

Julia de Oliveira Bolina
Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira”
julia.b.pessoal@gmail.com

Ana Carolina dos Santos Martins
Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira”
ana.martins@fames.es.gov.br

Resumo. Este artigo explora a perspectiva dos professores com deficiência no ambiente educacional, destacando as adversidades enfrentadas por esses profissionais. Através dos relatos de Estela, professora surda, Caio, professor cego, e Miguel, professor com autismo, são evidenciadas as barreiras estruturais, a falta de recursos adaptativos e o preconceito. Historicamente, pessoas com deficiência foram marginalizadas, e embora as políticas públicas tenham avançado, a implementação dessas políticas, na prática, ainda é insuficiente. A análise aborda a evolução da inclusão educacional e a necessidade de uma formação docente mais inclusiva e humanizada. Os depoimentos revelam que os desafios começam na formação acadêmica e persistem no exercício da profissão, impactando a qualidade do ensino e o bem-estar dos educadores. Além das dificuldades técnicas, a percepção social e a autoestima desses profissionais também são afetadas. O artigo conclui que, para promover uma verdadeira inclusão, é necessário garantir ambientes de trabalho adequados e suporte, quando necessário, aos professores com deficiência, além de repensar as atitudes sociais em relação a esses indivíduos. A melhoria da formação docente e o compromisso com a implementação efetiva das políticas de inclusão são fundamentais para construir um sistema educacional mais justo e equânime, onde todos os professores possam exercer plenamente suas vocações.

Palavras-chave. Educação Musical Especial, Professor com deficiência, Recursos adaptativos

Title. *Being a Teacher and the Educational Process From the Perspective of the Teacher With Disabilities*

Abstract. This article explores the perspective of teachers with disabilities in the educational environment, highlighting the adversities faced by these professionals. Through the accounts of Estela, a deaf teacher, Caio, a blind teacher, and Miguel, a teacher with autism, structural barriers, the lack of adaptive resources, and prejudice are highlighted. Historically, people with disabilities have been marginalized, and although public policies have advanced, the implementation of these policies in practice is still insufficient. The analysis addresses the evolution of educational inclusion and the need for more inclusive and humanized teacher training. The testimonies reveal that challenges begin in academic training and persist throughout the exercise of the profession, impacting the quality of teaching and the well-being of educators. In addition to technical difficulties, the social perception and self-esteem of these professionals are also affected.

The article concludes that, in order to promote true inclusion, it is necessary to ensure adequate work environments and support, when necessary, for teachers with disabilities, in addition to rethinking social attitudes toward these individuals. Improving teacher training and committing to the effective implementation of inclusion policies are essential to building a fairer and more equitable educational system, where all teachers can fully exercise their vocations.

Keywords. Special Music Education, Teacher with Disabilities, Adaptive Resources

Introdução

Muito se fala sobre o estudante com deficiência. Mas, e o professor? Nesse artigo abordamos essa perspectiva do ensino, a partir do olhar do docente. Afinal, se o ambiente educacional já é um espaço complexo para aqueles sem deficiência, como será esse local para aqueles com deficiência? Portanto, foram utilizados relatos e pensamentos publicados em artigos de três docentes com questões distintas, sendo eles¹: Estela, pessoa surda; Caio, pessoa cega; Miguel, pessoa com autismo. Dessa maneira, busca-se expor as adversidades que esses indivíduos enfrentam em seu dia a dia, a fim de trazer um olhar para esses profissionais e gerar um pensamento reflexivo sobre nosso papel como corpo social. Para isso, será observada a história da pessoa com deficiência, a história da Educação Especial e a atual acessibilidade e processo de formação de pessoas com deficiência no ensino superior.

Sabe-se que, historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas por muito tempo da sociedade e a ideia que se tinha acerca destes indivíduos passou por diversas transformações ao longo do tempo (Rodrigues; Lima, 2017). Conforme Arlete Miranda (2004), na era pré-cristã, essas pessoas eram completamente negligenciadas, menosprezadas, desprezadas e, como se não bastasse, perseguidas e eliminadas, apenas por serem quem são, pela sua condição de ser e existir. Essa intolerância era normalizada e apoiada pelos cidadãos da época, o que perdurou por um longo período. Tal situação só começou a mudar a partir do século XVIII, quando se deu início à institucionalização, entretanto, esses indivíduos ainda eram segregados.

A vista disso, o Brasil vem criando leis que apoiem estes indivíduos a enfrentarem a exclusão (Rodrigues; Lima, 2017). Na educação, esse cenário apresenta um novo olhar com as prerrogativas legislativas e por certo, após a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, que em seu Art. 205, versa:

¹ Foram utilizados pseudônimos para fazer referência a esses professores, a fim de manter a discrição e o respeito com essas pessoas.



A educação, **direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a **colaboração** da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, grifo da autora).

Além disso, no Art. 206, inciso I, da mesma Lei, é apresentado como um dos princípios-base do ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). Sendo assim, atualmente, é direito da pessoa com deficiência o acesso à educação com condições equânimes para com os demais estudantes.

Contudo, apesar do desenvolvimento de legislações dedicadas a essa causa, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, alguns parágrafos, artigos e incisos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, entre outras normatizações, nota-se em relatos e em pesquisas científicas que, embora a atual conjuntura esteja significativamente melhor, ainda existem muitas barreiras no caminho dessas pessoas e nem todos os regulamentos são seguidos na vida real. Isso é evidenciado pela fala de Estela na entrevista realizada em 2013 e publicada no artigo de Vívian Leichsenring Kuntze e Regina Finck Schambeck (2014):

[...] Na ótica dos professores, eles sentem muita dificuldade de lidar com surdos e aí às vezes falam: – Não, eu quero intérprete. Então, às vezes, ele não se preocupa em fazer o material pensando no surdo. Ele está mais focado no ouvinte, então, o surdo se perde. Estou tendo esse problema, ainda. Precisa ter uma formação de professores pra prepará-los pra poderem lidar com a situação, tanto ouvinte como surdo na aula de inclusão. No momento, estou tendo essa dificuldade (Sarita, 2013, p. 84).

Diante disso, constata-se que esses educadores enfrentam obstáculos em seu percurso, desde o início de sua instrução formal. Ademais, poucos espaços de educação musical são humanizados. De acordo com o regente e professor Miguel, em seu artigo “Regendo emoções: a jornada de um maestro autista na música de concerto” (2023), no item “Desafios na Formação Acadêmica” (p. 9), ao adentrar na academia de música em que se formou, enfrentou diversos desafios:

O rigor profissional, em parte, proporcionava um certo conforto, pois era a primeira vez que presenciava horários sendo estritamente cumpridos. No entanto, essa mesma instituição impunha um “padrão” aos alunos, tornando inadmissível qualquer erro, o que só reforçava minha rigidez pessoal e autocobrança excessiva. Ademais, não se tratava propriamente de um ambiente educacional, mas sim um espaço voltado para a formação em *performance*, no qual os instrutores, em sua maioria, eram músicos provenientes de conservatórios, sem familiaridade com a licenciatura ou outras abordagens mais humanizadas (Teixeira, 2023, p. 10).

Dessarte, Vívian Leichsenring Kuntze e Regina Finck Schambeck (2014) ressaltam que “a preparação do professor deveria ser diferenciada para trabalhar em diferentes contextos. Deste modo, teria melhores condições de adaptar os conteúdos a cada realidade” (p. 83). Assim sendo, parte da garantia dos direitos dos estudantes é provida pelos professores, logo, é imprescindível prezar por uma formação abrangente e adequada em vários aspectos para estes profissionais.

O ambiente educacional na visão do professor

O ambiente educacional mostra-se desafiador para toda a comunidade que o compõe. No item anterior, observamos este espaço sob a visão do estudante. Neste item, verificaremos este local sob a perspectiva do professor que, após formado, encontra múltiplas barreiras em sua trajetória profissional. Barreiras essas que vão desde uma localização complicada da escola ou Instituição de Ensino Superior – IES até a falta de recursos e de apoio proveniente da instituição para a qual se trabalha. Estes desafios são expostos por Silvia Sobreira e Andréa Rosana Fetzner (2024) em seu artigo “Não tem Dalcroze e Orff que deem conta: desafios iniciais da docência em música”, onde elas apresentam relatos de experiência de egressos da licenciatura em música sobre os desafios de iniciar a docência. Um de seus entrevistados chega a descrever este início como “um período sombrio”, revelando a complexidade dessa profissão.

Com isso, reconhece-se que, muitas vezes, nem o básico é fornecido aos educadores para que executem o seu trabalho, logo, dificilmente recursos adaptativos serão viabilizados aos professores com deficiência. No entanto, vale ressaltar que existem Decretos e Leis que defendem os direitos destes profissionais, principalmente no que se refere à inclusão e à igualdade de oportunidades na esfera laboral. Nesse sentido, o Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e estabelece diretrizes para a inclusão no mercado de trabalho (Brasil, 1999), estabelece normatizações para a contratação e a permanência desses sujeitos em par de igualdade com os demais. No Art. 35, parágrafo 3º, deste Decreto (Brasil, 1999), aponta-se como modalidade de inserção laboral os "apoios especiais" a essas pessoas, os quais são definidos como elementos que auxiliam estes indivíduos a realizar as suas atividades. Portanto, faz-se necessário disponibilizar tais recursos adaptativos, para garantir a inclusão eficaz e produtiva de pessoas com deficiência na área de trabalho.



A vista disso, não é surpresa que as falas de Estela, Miguel e Caio, retratem esse local como um lugar desorganizado e insatisfatório. Caio, que atua na escola pública, define este espaço como um “ambiente precário”, devido a ausência de inúmeras ferramentas pedagógicas, incluindo instrumentos para a sua assistência:

No entanto, quando se trata de escola pública percebe-se um ambiente precário para o trabalho: falta de tinta para colocar no lápis para quadro branco, data show com mau uso, muitas vezes encontra-se cadeiras quebradas, bem como podendo encontrar livros em quantidade insuficiente para atender às demandas da escola. E quando o docente é uma pessoa com deficiência, a escassez de materiais didáticos que deem suporte ao educador musical, é bastante escasso, pra não dizer nulo (Araújo, 2018, p. 41).

Outrossim, pouco se fala sobre o educador com deficiência. A maioria das produções textuais são direcionadas somente aos estudantes (Araújo, 2018), o que corrobora para o esquecimento da existência desses profissionais. No imaginário popular, o professor é aquele sem qualquer tipo de questão pessoal, que vive somente para se doar e transmitir seus conhecimentos de maneira altruísta, pensamento esse que seria utópico até para aqueles sem quaisquer tipo de transtornos, síndromes e/ou deficiências. Além disso, por consequência de resquícios históricos da visão da sociedade acerca da pessoa com deficiência, ainda hoje, muitos encaram estes indivíduos como incapazes. Esses dilemas são manifestos no artigo de Caio, ao contar sobre a sua primeira experiência com seus colegas de profissão:

[...] Historicamente, as pessoas com deficiência foram bastante estigmatizadas por muito tempo pela sociedade, sendo julgadas como incapazes e muitas vezes causando pena nas pessoas próximas e familiares. Assim, um dos primeiros desafios que enfrentei foi uma espécie de sabatina que passei junto aos docentes da escola Myriam Coeli. Cada um dos professores da escola teve oportunidade de fazer perguntas das mais variadas, entretanto as questões eram em grande parte acerca da minha deficiência, as dúvidas mais frequentes eram: sobre como eu ia ter autoridade e o domínio em sala de modo que não tinha como observar (ver) os alunos? Como eu ia resolver a situação daqueles alunos que gostam de sempre sair de sala de aula? E os que ficam caminhando de um lado para outro? [...]

Entendo o lado deles, pois era a primeira vez que estavam lidando com essa situação de convívio com uma pessoa com deficiência no ambiente de trabalho. Também muito se fala na inclusão onde é o aluno e não o professor que tem um tipo de deficiência. Há uma lacuna muito grande nas pesquisas que tratem do profissional com deficiência (Araújo, 2018, p. 39 - 40).

Ademais, esse olhar deturpado do outro afeta, por vezes, a percepção desses indivíduos para com eles mesmos e a sua autoestima. Todos os três professores alegaram que

sentiram incerteza e receio ao assumir a docência. Miguel diz que, por mais que tenha trabalhado essas questões, alguns desses sentimentos ainda perpetuam:

Hoje, algumas coisas mudaram? Sim e não. Sim, porque o tempo passou, amadureci e adquiri muitas experiências, o que me permitiu entender melhor meus limites e capacidades. Porém, o medo de estar em situações públicas, como dar aulas ou até mesmo reger, ainda permanece. É verdade que a crença nos resultados finais me dá a força necessária para enfrentar o desafio de liderar uma orquestra ou banda. É nesse ponto que tudo se torna valioso (Teixeira, 2023, p. 8).

Dessarte, é preciso colocar este diálogo em pauta e observar com mais cuidado o educador, compreendendo-o como um alguém além de seu ofício. Afinal, para amparar de fato o professor com deficiência, é necessário, primeiramente, acolher o sujeito professor e prover as ferramentas educativas necessárias para a realização de seu trabalho.

Conclusão

Diante dessa pesquisa, fica evidente que o ambiente educacional enfrenta desafios no que tange à inclusão e ao suporte adequado para professores com deficiência. Com isso, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas que buscam promover a equidade, as experiências compartilhadas por Estela, Caio e Miguel mostram que a prática ainda está longe do ideal. As barreiras estruturais e a falta de recursos adaptativos são questões persistentes que impactam diretamente na qualidade do ensino e no bem-estar desses profissionais.

Além disso, é essencial que a sociedade como um todo repense suas percepções e atitudes em relação aos educadores com deficiência. O reconhecimento de seus direitos e capacidades deve ser acompanhado de ações que garantam espaços laborais adequados. Dessa forma, será possível construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, onde todos os professores, independente de suas condições de ser e existir, possam exercer plenamente sua vocação.

Referências

ARAÚJO, Gessé José de. Educador musical deficiente visual total em uma Escola Estadual na Zona Norte de Natal/RN: relato de experiência docente. In: VI Encontro sobre Música e Inclusão, 6. 2018, Natal/RN. Anais. Natal/RN, 2018. p. 35-46.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro De 1996. Brasil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Brasil, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Brasil, 1999. Disponível em:
[KUNTZE, Vívian Leichsenring; SCHAMBECK, Regina Finck. Ensino de música: perspectivas de uma professora surda. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 9, n. 1, p. 75-94, 2014.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20out%20provid%C3%AAs. Acesso em: 16 jun. 2024.</p></div><div data-bbox=)

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 15, p. 1-7, 2004.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Claudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. Revista de Educação da Universidade Federal do Pernambuco, Caruaru, Brasil, v.3, n.5, 2017.

SOBREIRA, Silvia; FETZNER, Andréa Rosana. Não tem Dalcroze e Orff que deem conta: desafios iniciais da docência em música. REVISTA DA ABEM, [S. l.], v. 32, n. 1, p. e32101, 2024. DOI: 10.33054/ABEM202432101. Disponível em:
<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1196>. Acesso em: 16 jun. 2024.



ANPPOM
Associação Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Música

TEIXEIRA, Felipe Rafael Carnáuba. Regendo emoções: a jornada de um maestro autista na música de concerto. São João del Rei, 2023.